

Judiciário: algumas questões controvertidas, eficiência e as garantias do processo

Marco Antonio de Barros (*)

Procurador de Justiça – SP

1 – Introdução 2 – A redefinição das funções do Estado. 3 – A influência do sistema financeiro. 4 – A eficiência como meta 5 – A rotina do silêncio. 6 – A integração dos princípios 7 – A questão da arbitragem. 8 – Efeito vinculante. 9 – Controle externo. 10 – A antinomia: garantias do processo e celeridade da decisão

1. Introdução

Consideramos conveniente esclarecer, antes de tudo, que este trabalho foi escrito em fins do ano de 1997, quando completávamos nossos créditos no Curso de Mestrado em Direito Processual, na Universidade de São Paulo, tendo como fonte básica as anotações da disciplina “Sociologia do Poder Judiciário”, cuja matéria foi ministrada e coordenada pelo professor José Eduardo Faria, de quem recebemos a incumbência de desenvolver um estudo das aulas e seminários realizados durante o segundo semestre daquele ano, com a indicação de que fosse estabelecida uma ponte de ligação entre os aspectos sociológicos que cercam a atuação do Judiciário e a nossa área de concentração (Direito Processual).

Na tentativa de cumprir esse encargo, nos arriscamos a escrever sobre tema tão palpitante e ao mesmo tempo cercado de melindres como o é o do Judiciário. Pretendemos nesta abordagem partir da constatação de que a crise estatal não atinge apenas e tão-somente esse segmento de Poder para em seguida enfocar alguns dos reflexos de alguns acontecimentos e críticas externas que acabam minando a imagem do Judiciário perante a opinião pública.

Precedendo os comentários acerca das funções exercidas pelo juiz na condição de garantidor dos dogmas processuais conquistados pela sociedade ao longo do tempo e à custa de sacrifícios, enfocamos questões que de alguma forma vêm restringindo a amplitude genérica e sempre imperiosa da prestação jurisdicional. Assim, algo será dito sobre o movimento democrático institucional

(*) Mestrando em Direito Processual pela USP.

que no interior do Judiciário ensaia passos mais largos, sendo ainda abordados o efeito vinculante, a arbitragem e o controle externo.

Ao concluir este texto procuramos ressaltar a necessidade da existência de um Judiciário suficientemente forte e atento no sentido de não esmorecer seu ofício de fiel guardião das garantias públicas, sem temer a pecha que alguns, cá e acolá, atribuem-lhe por sua aparente inadaptação ao padrão de eficiência cartilhado impositivamente pelo mercado financeiro que atua na sociedade pós-moderna

2. A redefinição das funções do Estado

É impressionante a velocidade com a qual a sociedade brasileira empreende o ritmo de transformações nas áreas econômica, política, jurídica e sociológica. As alterações tornam-se visíveis na massacrante produção, sobretudo na década de 90, de leis administrativas, financeiras, tributárias, penais, civis, processuais, sem contar as medidas provisórias de aplicação imediata, portarias, regulamentos etc., de cunho casuístico e de notória afirmação governamental, frente aos conflitos sociais crescentes de toda a ordem que estão a moldar um novo sistema jurídico

Grande parte dos novos textos legais não estão propriamente restritos a causas internas, embora a Nação tenha interesse na formulação de um direito que corresponda adequadamente ao período de pós-modernidade pelo qual passamos. Na verdade, as modificações estão sendo implantadas sobretudo para atender as exigências de um novo modelo de mercado globalizado ou transnacional, que é gerido e administrado por leis próprias que impõem a adaptação – ou se se preferir – a submissão do *modus operandi* comercial, nesta compreendidas as relações jurídicas e direitos que não podem mais ser encarados na sua individualidade, mas sim de forma coletiva, posto referir-se a determinadas categorias de indivíduos, revestidos de efeitos e consequências outrora pouco sentidos

Por força dessa conjuntura, é o juiz surpreendido com novas modalidades de conflitos que reclamam soluções sem precedentes na jurisprudência: geração de empregos *versus* meio ambiente; garantia de manutenção do emprego *versus* tecnologia e imposição das regras protetivas do direito trabalhista; perueiros *versus* motoristas de táxi e empresas de ônibus; sem-terra *versus* direitos agrário e de propriedade; sem-teto *versus* direito de moradia; camelôs *versus* lojistas; aumento da criminalidade *versus* incremento da segurança privada; rebeliões nas cadeias *versus* direitos humanos; etc., são apenas alguns exemplos da nova era de conflitos plantados no tecido social. Raffaele de Giorgi afirma que “enquanto a sociedade representa para si própria o futuro como risco e o vincula por intermédio do direito, o risco mesmo

não se deixa jurisdicizar” Chama-nos a atenção a indagação por ele feita: “como são apresentados os limites do direito no final deste século? O escritor brasileiro Machado de Assis disse que a radical diferença que havia entre as Memórias Póstumas de Brás Cubas e o Pentateuco consistia no fato de que Moisés, ao narrar sua morte, a colocou ao final, enquanto ele, por sua vez, a colocava no início. Nós também colocamos o ocaso dos princípios no início”⁽¹⁾

Maior insegurança causa nesse quadro saber que a nova ordem já não é mais proclamada e conduzida a contento pelo Estado. A incapacidade do poder público em responder, ainda que de forma razoável, às expectativas sociais, o inabilita ao exercício do papel de maestro na afinação dessa orquestra e o posiciona também no estágio de mero coadjuvante de uma sinfonia inacabada, ainda em franca composição – ou em decomposição como sucede com algumas instituições –, a respeito da qual já não se pode prever se obterá sucesso ou infortúnio, se culminará comunicativa e harmoniosa ou se quedará indecifrável frente à estridente desafinação dos seus instrumentos.

Bem oportuna é a observação feita por José Eduardo Faria: “ao promulgar suas leis, os Estados nacionais são obrigados a levar em conta o contexto internacional para saber o que podem regular e quais de suas normas serão efetivamente respeitadas. A consequência desse processo acaba sendo paradoxal: ao mesmo tempo em que se observa um movimento de internacionalização dos direitos nacionais, também se constata a expansão de normas privadas no plano infranacional, na medida em que cada organização empresarial sindical e corporativa cria as regras que necessita e jurisdiciza as áreas que mais lhe interessa, segundo suas conveniências”⁽²⁾

Certo é, no entanto, que o Estado – enquanto Governo – demonstra, às escancaras, estar a procura de sua própria redefinição. Prova disto são as medidas descentralizadoras, as privatizações e os acordos internacionais que o País vem celebrando, com especial ênfase para os contratos celebrados nos quadrantes do Mercosul, de forma que o ente público diminui a sua área de intervenção ou o seu tamanho para dar lugar ao gerenciamento das relações, sobretudo comerciais, pelo setor privado. Pouco a pouco o Estado sai de cena e os espaços que ele vai deixando para trás são envolvidos por uma reorganização que estabelece o enfraquecimento do poder de convencimento do direito

(1) RAFFAELE DE GIORGI “Estado e direito no fim do século” Tradução de Juliana Magalhães. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 4, 1995

(2) JOSÉ EDUARDO FARIA “O direito num cenário em transformação” São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Criminais. Ed. Revista dos Tribunais, nº 17, janeiro/março de 1997.

estatal e fortalece outros direitos paralelos. Neste novo cenário surgem as Agências Reguladoras – entidades autárquicas vinculadas ao poder público, às quais cabe estabelecer a regulamentação e fiscalização da prestação de serviços até então considerados públicos e que estão sendo transferidos por concessão ao setor privado. Antonio Corrêa Meyer diz que “o modelo do Estado Gestor condutor das atividades econômicas em setores considerados vitais para a economia do País, vai aos poucos sendo substituído pelo modelo do Estado Regulador, preocupado exclusivamente com a definição de limites dentro dos quais a iniciativa privada cumprirá sua missão”.⁽³⁾ São exemplos dessa nova mentalidade regulatória: a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica); a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e a ANP (Agência Nacional do Petróleo).

Essa metamorfose faz trepidar o alicerce do Judiciário e o leva ao encontro de um novo modelo de Justiça, pois os ditâmes clássicos do direito conservador não mais atendem as necessidades de uma sociedade fortemente marcada por conceitos informacionais.

3 A influência do sistema financeiro

Consoante perspicaz observação feita por José Eduardo Faria⁽⁴⁾, traço distintivo destes tempos é notado na mudança de eixo do poder “decisório de fato”, posto deslocar-se do setor político para o empresarial. Segundo o professor da Universidade de São Paulo, está em franco desenvolvimento, nestes tempos, um processo de desterritorialização dos centros decisórios, pois as medidas e decisões principais de investimentos de massa estão sendo pensadas, examinadas e realizadas sob o prisma da globalização. E esta tem o seu braço de comando predominantemente marcado pelo sistema financeiro, o qual preenche as lacunas e ocupa os espaços que outrora serviam de moradia para outros sistemas.

Em outras palavras, as decisões que até a década passada ainda eram ditadas pelo setor industrial, hoje são geradas fundamentalmente no setor de investimentos. Assim, o sistema financeiro vai calibrando os sistemas industrial e comercial, numa esfera de economia transnacional, que é movida pelo imperativo da competitividade entre grupos internacionais detentores de enormes riquezas e pela supremacia do princípio ou binômio caracterizado pela maior produtividade/menor custo operacional. Por esse vértice é que se promove a substituição imperativa de dogmas outrora estáticos que repousavam suas bases nos critérios de liberdade e igualdade comercial pela idéia de eficiência na produção de bens e serviços.

(3) ANTONIO CÔRREA MEYER “As novas atribuições do Estado” Informativo IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo – Escola Paulista de Advocacia, nº 35, julho/agosto de 1997

(4) JOSÉ EDUARDO FARIA “Excerto de anotações das aulas ministradas no Curso de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo – Sociologia do Poder Judiciário”.

Logo, a velocidade do progresso científico e a tecnologia denotam a existência de uma “sociedade informacional”, que exige investimentos maciços para manter-se ativa no mercado. Como as empresas não possuem esses recursos disponíveis, a necessidade de obtê-los junto ao sistema financeiro passa a ser medida inexorável. E este sistema, como é sabido, traça a sua atividade pela lógica que consiste em auferir a maior vantagem lucrativa possível em menor espaço de tempo, com o componente mínimo de risco.

Tudo isto inviabiliza o controle mínimo do Estado nas relações de mercado. Pior é a inevitável subordinação a que o Estado é submetido em relação às deliberações assumidas por tais grupos privados fortes. Este não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Como prova disto podemos argumentar com a recente queda das bolsas dos países Asiáticos, que provocou o efeito dominó em todo o mundo, sendo a Bolsa de Valores de São Paulo uma das instituições mais afetadas pelos estragos da queda dos índices (em três dias consecutivos da semana que o mercado financeiro chamou de sinistra, do mês de outubro/97, o valor das ações despencou 28%). Portanto, a velocidade determinada pelas regras do menor risco e maior lucro desencadeiam fluxos de moedas que não são capazes de ser adequadamente controladas pelo Banco Central.

Mais grave ainda é que não há como cobrar responsabilidades de quem eventualmente tenha contribuído para a quebra do sistema financeiro de um país, no qual estão indiretamente embutidas e programadas a consecução de escopos sociais. Fernando Henrique Cardoso, em entrevista concedida à imprensa, reconheceu a debilidade dos governos cujos países encontram-se em estágio de desenvolvimento. Mencionando estudos econômicos, o Presidente da República afirmou que o montante de moeda girando nas bolsas de todo o mundo beira a 50 trilhões de dólares e que diariamente são negociados perto de 1 trilhão e 200 milhões de dólares nas bolsas do Planeta. Segundo ele, esta preocupação já foi encaminhada de forma expressa ao grupo dos 7 países – G 7 – mais ricos do mundo. Não é por outro motivo a renovação dos seus apelos ao Congresso para que acelere as reformas constitucionais de interesse do governo, objetivando decrescer o *deficit* das finanças públicas. Com esse matiz prega-se junto aos parlamentares a assunção de uma nova postura, mais eficaz no propósito de defender o Estado. Sobre isto, o professor Miguel Reale pontifica: “não se pode recusar ao Congresso Nacional o poder-dever de reabrir o processo constituinte, com as devidas cautelas, a fim de atender a circunstâncias de grande risco, como aquelas que o País está afrontando, ao se ver o nosso frágil sistema tributário assus-

tadoramente ameaçado pelo selvagem capitalismo financeiro que se oculta à sombra da chamada globalização”⁽⁵⁾

4. A eficiência como meta

Nesse novo modelo sistêmico para efeito de avaliação sobre a decisão que cedo ou tarde haverá de ser dada quanto à manutenção ou não de instituições, tendo em vista o grau de credibilidade que elas possam desfrutar junto à sociedade, em todos os ramos de atividades profissionais, prevalecem agora algumas regras que são definitivas do ponto de vista da eficiência que se pretende atingir. E tal se dá quanto às exigências atuais de melhor aproveitamento dos gastos públicos, os quais também passam por uma redefinição, num âmbito mais restrito do que presumivelmente era admitido pela teoria da finalidade social da arrecadação de tributos, indevidamente empregada na tentativa de se justificar o desperdício do dinheiro, a diminuta produtividade da máquina estatal e a negação dos fundamentos basilares dos critérios de custo-benefício.

Funcionando como sinônimo da modernidade-produtiva, a exigência de eficiência na atividade laborativa não se restringe à área comercial. Também as funções consideradas públicas, da administração direta e indireta, mesmo aquelas delegadas à iniciativa privada, gozam de destaque, valorização e respeito se laureadas por organizações especializadas na aferição do desempenho dos serviços prestados à comunidade. É o caso de recente conquista alcançada pelo 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital de São Paulo, ao obter o Certificado de Qualidade ISO 9002, expedido pela DQS – “Deutsche Gesellschaft Zur Zertifizierung”, da Alemanha, responsável pela certificação de diversas empresas instaladas no mundo, reconhecendo naquele ofício extrajudicial o atributo do pioneirismo na implantação de microfilmagem, processamento eletrônico de dados e tecnologia digital através do disco ótico e também por ter o cartório “adotado” uma escola infantil da cidade⁽⁶⁾.

Com o surgimento de novos valores ditando o tom e a velocidade com que eles devem ser assimilados pela sociedade pós-moderna, também se agrava o processo de envelhecimento dos sistemas até então aceitos ou tolerados pelo povo. Consequentemente, deparamo-nos com a seguinte realidade: o direito positivo não é capaz de moldar a globalização. Ora, este fato produz uma série de outros efeitos preocupantes. A crise é generalizada e não apenas setorializada. Atinge o Estado como um todo, na medida em que a clássica divi-

são dos poderes idealizada pelo aristocrata francês, Charles Louis de Secondat, Barão de La Brède et de Montesquieu, disseminada em sua obra “Do Espírito das Leis”, publicada pela vez primeira em 1748, já não mais reflete a realidade jurídico-institucional ou a fragilidade da repartição de funções que os órgãos do Estado hoje executam.

De certo modo, o Poder Legislativo tem a sua estrutura resvalada pelo esvaziamento de suas funções, na medida em que o Executivo se vê premido a governar decretando medidas provisórias sob o inconsistente pálio da urgência e sob o argumento de que deve implantar uma nova ordem jurídica que atenda às leis do mercado globalizado. Mais grave ainda é perceber a inoperância do Congresso quando muitos de seus representantes eleitos pelo povo declaram publicamente que somente são levados à votação os projetos de leis que interessam ao governo, já que as bancadas governistas outra coisa não fazem senão mobilizar-se apenas e tão-somente em conformidade com as orientações que recebem do Executivo. A propósito, Manoel Gonçalves Ferreira Filho faz interessante observação: “é notório que os Parlamentos não dão conta das necessidades legislativas dos Estados contemporâneos; não conseguem, a tempo e a hora, gerar as leis que os governos reclamam, que os grupos de pressão solicitam”⁽⁷⁾.

Por outro lado, submetido à velocidade com que se operam as transformações sociais no Universo, ao impelir o Parlamento no sentido de multiplicar o surgimento de novas regras em leis esparsas, fora dos códigos existentes, destoantes de critérios tradicionalmente mais seguros e em muitos casos conflitantes com outros sistemas que paradoxalmente ainda guardam certa higidez, está o Executivo a perder a racionalidade de sua atuação e já começam a ser sentidas reações contrárias da Magistratura à indústria de medidas provisórias⁽⁸⁾.

As consequências do acúmulo de leis são sintomáticas. A doutrina e a jurisprudência modernas têm dedicado muitas laudas procurando aparar arestas e tentando oferecer a mais adequada interpretação para as recentes leis, em grande maioria elaboradas às pressas, sob forte tensão política e social, as quais pecam em substância e pela má redação que se lhes imprime. Não se

(5) MIGUEL REALE. “Louvável revisão constitucional”. O Estado de S. Paulo, p. A2, 1º/11/97.

(6) “Jornal do Notário”. Publicação mensal do Colégio Notarial do Brasil – seção de São Paulo. Edição de setembro de 1997.

(7) MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO. “Do processo legislativo”. São Paulo, Editora Saraiva, 3ª ed., p. 14, 1995.

(8) No XIV Encontro Nacional dos Juizes Federais, realizado entre 18 e 21 de setembro de 1997, os magistrados ali reunidos subscreveram um manifesto intitulado “Carta de Pernambuco”, do qual extrai-se o seguinte item: “É essencial para a segurança e eficácia da prestação da Justiça o respeito à Constituição e à estabilidade das leis, evitando-se a abusividade na edição de medidas provisórias”. (Reportagem colhida em “Notícias Forenses” – outubro de 1997).

insere no bojo deste trabalho a apreciação – ainda que superficial – das críticas que estão sendo assacadas contra a produção de leis em escala transcendente⁽⁹⁾. Mas só para ficar bem assentado que o processo de reformulação legislativa ainda está em pleno vapor, tomemos como exemplo a área criminal, onde o Governo e o Parlamento estão promovendo verdadeira modificação pontual da Parte Especial do Código Penal. Não bastassem os novos tipos penais e o endurecimento das penas ditados nesta década, em dispositivos de pouca clareza, estão ainda a tramitar perante as duas Casas do Legislativo os seguintes Projetos de leis: a) dos crimes contra o meio ambiente; b) dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, dinheiro e valores; c) da repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de entorpecentes e drogas afins; d) das penas restritivas de direito; e) dos crimes de informática; f) do crime de assédio sexual; g) dos crimes da Lei de Imprensa.

Reflexão aguda oferece José Eduardo Faria sobre os efeitos perversos da globalização na vida social, exemplificando com o ceticismo que ronda os direitos humanos, os quais nasceram contra o Estado e são opostos justamente para coibição do seu arbítrio. Daí a sua indagação: “se os direitos humanos são inseparáveis de garantias fundamentais, e se estas só podem ser instrumentalizadas pelo próprio poder público, como podem ser eles eficazes no momento em que esse poder é relativizado? Em que medida é possível uma Justiça forte, capaz de assegurar o reconhecimento e o cumprimento desses direitos, no âmbito de Estados enfraquecidos em sua soberania?” Impõe-se admitir a utilização do Direito Penal como instrumento político pelo Estado. E o indagador ainda arremata: “diante da ampliação dos bolsões de miséria nos centros urbanos, da expansão da criminalidade e da propensão à desobediência coletiva, as instituições jurídicas e judiciais do Estado, antes voltadas para o desafio de proteger os direitos civis e políticos e de conferir eficácia aos direitos sociais e econômicos, acabam agora tendendo a assumir papéis eminentemente punitivo-repressivos. Para tanto, o Direito Penal tem sido alterado radicalmente, numa dimensão mais severa. Por isso, enquanto no âmbito dos direitos sociais e econômicos se vive hoje um período de refluxo, no Direito Penal a situação é oposta. O que aí se tem é a definição de novos tipos penais, a criminalização de novas atividades em inúmeros setores na vida social, o enfraquecimento dos princípios da legalidade e da tipicidade por meio de recurso e regras sem conceitos precisos, o

(9) Sobre os reflexos da desmesurada falta de critérios na elaboração das leis penais, escrevemos outro trabalho, intitulado “Abalos à dignidade do Direito Penal”, que encontra-se no prelo

encurtamento das fases de investigação criminal e instrução processual e a inversão do ônus da prova”⁽¹⁰⁾.

Além dos acima elencados, há outros projetos de leis em curso que tocam variados ramos do Direito, denotando a avalanche de normas a florescer até a próxima primavera, as quais, somadas às já existentes e em pleno vigor, causam verdadeira instabilidade nas relações jurídicas, estupefação aos juristas e ainda condicionam à especialização e setorização profissional dos bacharéis em Direito. Esse quadro conduz a um outro paradoxo: “a era dos direitos manifesta-se como era da exclusão, da marginalização, do isolamento imunizante”. Na medida em que se opera o reconhecimento das diferenças, novas desigualdades são produzidas, acarretando restrições de acesso ao direito. Raffaele de Giorgi melhor explica: “o fato de que mais direito significa maior seletividade, isto é, maior discriminação, aumento da produção de não-direito e, portanto, de exclusão, não é uma perversão do direito burguês, mas uma realidade do modo de operar do sistema jurídico. Enquanto em outras sociedades a exclusão era praticada com base na natureza ou na qualidade dos homens e, ainda no início deste século, com base na raça ou no sexo, agora a exclusão é legitimamente praticada com base no direito”⁽¹¹⁾. Oportuna nesse sentido também é a observação feita por Manoel Gonçalves: “com isso, o mundo jurídico se torna uma babel. A multidão de leis afoga o jurista, esmaga o advogado, estonteia o cidadão, desnorteia o juiz. A fronteira entre o lícito e o ilícito fica incerta. A segurança das relações sociais, principal mérito do direito escrito, se evapora. Os males da inundação de leis não ficam aí, porém. Dizem os economistas que a escassez é a mãe do valor. Em face da experiência atual, o jurista tem de reconhecer que a abundância de leis não é riqueza. Quanto maior o número de leis que se editam, menor o respeito que cada qual inspira. Como reverenciar a lei se esta não despreza o ridículo? Como cultuá-la se passa breve qual um meteoro? Daí o *bonus pater familias* ignorá-la, o jurista ironizá-la, o magistrado esquecê-la”⁽¹²⁾.

Preso a uma engrenagem criada no período pós 2ª Guerra Mundial, o aparelhamento estatal (das três esferas de poder) demora a modernizar-se e assim não atinge o padrão de eficiência concorrencial exigido pelo setor privado controlador – de fato – do fluxo da moeda, em cujo seio prevalece o ritmo acelerado das transformações e decisões ditadas por um mero toque no computador de um escritório requintado. Por isso, deixa o Estado de ser forte

(10) JOSÉ EDUARDO FARIA “Globalização e direitos humanos”. O Estado de S. Paulo, p. A, 2ª, edição de 11 de outubro de 1997.

(11) RAFFAELE DE GIORGI, op. cit.

(12) MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, op. cit., p. 13.

e passa a dar sinais de debilidade crônica. Note-se que Estado forte não é sinônimo de governo antidemocrático. Ao revés, conforme salienta o professor José Eduardo Faria, tantas vezes lembrado neste trabalho, “Estado forte é aquele que se demonstra capaz de implementar políticas públicas, sustentado por um regime democrático”⁽¹³⁾

Obviamente o Judiciário não fica de fora do contexto de desequilíbrio e mutação dos dogmas vigentes e muito menos consegue manter-se imune a cobranças de maior eficiência e maior racionalidade no desempenho de suas funções. E parcela razoável de magistrados tem consciência de que “o esvaziamento do Estado como dimensão crucial à vida moderna, sobredeterminada, no Brasil, pelo desgaste sofrido pelo Judiciário nas duas décadas do regime autoritário, tem levado a uma certa indefinição dos juízes quanto à natureza daquela instituição, que, de um lado, não é mais compreendida como uma súmula racional da sociedade – de onde se extrairia legitimidade para atuar sobre ela – e, de outro, ainda é percebida como instância ineliminável de regulação da vida econômica e social”⁽¹⁴⁾

5. A rotina do silêncio

O Judiciário brasileiro jamais conheceu, em toda a sua história, um período tão repleto de questionamentos sobre as atividades que exerce como o que agora sucede. Algumas questões têm incomodado – e muito – a valorosa classe dos Juízes de Direito. Por séculos prevaleceu entre nós brasileiros uma espécie de tabu ou temor reverencial para com a Magistratura. Os juízes, por sua cultura e responsabilidade inerente ao cargo, sempre representaram – e ainda representam – uma reserva moral nacional do que pudesse haver de melhor na sociedade. Calamandrei foi feliz ao dizer que “a missão do juiz é tão elevada em nossa estima, a confiança nele é tão necessária, que as fraquezas humanas, que não se notam ou se perdoam em qualquer outra ordem de funcionários públicos, parecem inconcebíveis num magistrado”⁽¹⁵⁾. Daí a intocabilidade dos julgadores pelos demais atores da sociedade. Porém, os tempos são outros e aquela auréola protetora dos juízes aparece trincada pelas críticas institucionais que estão merecendo grande destaque na imprensa.

Acostumado à rotina da obediência de suas decisões e também ao tradicional tratamento de respeito e de inquestionabilidade conferida aos seus

(13) JOSÉ EDUARDO FARIA. Excerto de anotações de aulas já mencionadas.

(14) WERNECK VIANNA, ALICE CARVALHO, MELO E BURGOS. “Corpo e alma da magistratura brasileira”. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj, p. 241, 1997.

(15) PIERO CALAMANDREI. “Eles, os juízes, vistos por um advogado”. Martins Fontes, p. 263. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, 1996.

atos, o Judiciário parece não ter percebido, a tempo oportuno, o perigo que rondava sobre suas mais caras conquistas e ao dar-se conta disto encontrou uma situação onde já não lhe era mais possível controlar a discussão sobre várias questões interligadas ao seu campo de atuação. Tem-se a impressão que o próprio silêncio dos juízes – algo que acabou sendo incorporado como fator decorrente do rigor da inércia daqueles que desenvolvem suas funções somente mediante a provocação dos interessados – contribuiu para o estabelecimento mais revelador da crise. Sem o hábito de dar satisfações de seus atos para a sociedade – porque nunca antes cobrados com tanta veemência – os juízes não cuidaram de desenvolver um projeto eficaz de comunicação com os demais setores da sociedade e por isso defrontam-se com uma situação que lhe é inusitada.

A estratégia do silêncio nem sempre é bem compreendida e pode levar a interpretações equivocadas que denotam excessos linguísticos que pecam pelo exagero, como o de quem compare o “Judiciário a uma caixa-preta”⁽¹⁶⁾. Ou então lhe reserva críticas de quem procura aprofundar-se no estudo de sua participação como relevante órgão estatal, como a que é feita por Dalmo Dallari: “embora se tenha criado a aparência de maior respeito pelo Judiciário, que não dialoga com os demais Poderes mas também não se envolve em disputas com eles, o fato é que, aceitando passivamente tal situação, a magistratura, na prática, ficou imobilizada, voltada para si própria, incapaz de perceber que, em alguma medida, os outros procuravam adaptar-se ao dinamismo da sociedade enquanto ela estagnava. Isso ocorreu no Brasil e em grande parte do mundo”⁽¹⁷⁾.

Como se sabe, a alta cúpula do Poder Judiciário estadual é considerada conservadora porque integrada pelos juízes mais antigos de carreira. Talvez seja este um dos motivos que no fundo está sustentando a tramitação de Projeto de Lei, na Assembléia Legislativa Paulista, com o intuito de flexibilizar a composição dos órgãos diretivos, aumentando o universo de eleitores, legitimando todos os juízes, de primeira e segunda Instâncias, a participarem da eleição direta do Conselho Superior da Magistratura, cuja bandeira é defendida pela Apamagis – Associação Paulista dos Magistrados, como já sucede com os promotores de justiça em relação ao Ministério Público, que possui seus órgãos de administração superior eleitos por toda a classe.

(16) JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI. “Pensamento Político no Século XX – Mesa Redonda sobre Moralidade Pública”. Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Excerto de anotações, 20.10.97, São Paulo.

(17) DALMO DE ABREU DALLARI. “O poder dos juízes”, São Paulo. Ed. Saraiva, p. 5, 1996.

Desde logo prenuncia-se um ponto positivo nesse novo projeto eleitoral: se vier a ser implantado, o novo sistema provocará a necessária aproximação do juiz-candidato ao juiz-eleitor, reduzindo o distanciamento entre ambos e o pouco contato que os juizes mais novos têm em relação aos mais antigos. Este descompasso é reconhecido pelo próprio presidente da Apamagis, desembargador Viana Santos, que assim o declara: “ainda existe uma distância muito grande entre a presidência do Tribunal de Justiça e os juizes de primeiro grau e enquanto essa distância não desaparecer o Judiciário paulista não evoluirá como deve. O Tribunal de Justiça precisa acreditar mais em seus juizes, conhecendo-os melhor”⁽¹⁸⁾. Portanto, a necessidade de o Desembargador-candidato ter de deslocar-se em campanha para várias comarcas do interior, propiciará ao postulante a cargo administrativo da Magistratura a oportunidade de constatar *in loco* as diversas aspirações e metas da classe, além de permitir-lhe ampliar a visão de uma forma mais abrangente e realista das relevantes funções jurisdicionais e sociais executadas pelo Poder Judiciário.

Contudo, maior democratização interna do Judiciário – como aspiram os magistrados fundadores da entidade “Juizes para a democracia” – não será suficiente para amenizar a quantidade de idéias novas que estão aflorando em setores externos e que tendem a impor uma nova sistemática, com a qual a esmagadora maioria dos juizes não concorda. É sobre algumas dessas questões atormentantes que passaremos a dedicar os breves comentários adiante.

6. A integração dos princípios

Primeiramente cumpre destacar que o Judiciário exerce hoje verdadeiro papel de agente neutralizador dos novos conflitos sociais, alguns dos quais já referidos no item 1 retro. Estudiosos há que começam a falar da “sociedade de risco” posto ser notória a injusta distribuição de riquezas no nosso País. A massa de pobreza está aumentando em quantidade e em miserabilidade. E aí cabe indagar: até que ponto a pobreza – com todas as suas nefastas consequências – continuará a ser suportada sem reações mais graves?

A Lei de Introdução ao Código Civil fixa os critérios básicos de interpretação e de aplicação da lei em geral em todo o território nacional. Segundo a sua norma mais importante, na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum. Sobre esse dogma, José Eduardo Faria formula novas indagações: “num contexto socioeconômico em que os 20% mais pobres do país detêm apenas 2% da riqueza nacional, enquanto os 20% mais ricos ficam com 66%, “sociais” na perspectiva de quem?

(18) “Juizes querem Magistratura forte e respeitada”. Entrevista com o Des. Antonio Carlos Viana Santos. Notícias Forenses, p. 23, outubro de 1997.

“Comum” a quem? Em que medida todos os grupos e classes têm realmente os mesmos interesses “comuns” e anseios pelos mesmos fins? E até que ponto todos os homens situados numa formação social como a atual, em que a miséria e a extrema pobreza atingem 64% da população brasileira, podem ser tomados como cidadãos efetivamente iguais entre si em seus direitos, seus deveres e em suas capacidades tanto subjetivas quanto objetivas de fazê-los prevalecer?”⁽¹⁹⁾

No meio desses conflitos, o Judiciário tem sido instado a decidir sobre a aplicação do direito. Porém, por diversas razões, sua atuação não tem sido ampla e irrestrita. Ao contrário, ela tem se apresentado de forma parcial e incapaz de produzir a efetiva distribuição da justiça para todos, visto que os extremos da sociedade, isto é, os grupos mais poderosos economicamente estão elegendo fórmulas que substituem o aparato do Judiciário, enquanto os mais pobres, só por isso, sequer a ele têm acesso.

Neste contexto, é árdua a senha reservada ao Judiciário. Hoje já não se lhe cobra apenas a aplicação pura e simples da lei ao caso concreto. Os novos conflitos exigem mais do que uma decisão meramente formal ou simplesmente técnico-jurídica. Alberto Amaral Jr. diz que julgar tornou-se uma atividade muito mais complexa, na medida em que o juiz tem que atender expectativas nem sempre possíveis de serem realizadas. Segundo este professor, o modelo jurídico moderno cobra a transformação do estilo de raciocínio formalista para o estilo de raciocínio prudencial-teleológico do juiz, aqui compreendido um raciocínio finalístico, ou seja, ligado aos fins sociais da norma⁽²⁰⁾.

Esse fenômeno é internacional. Francesca Zannotti, professora da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Bolonha, dissertando sobre os atuais contornos da Magistratura italiana, assim se expressa: “é um contrassenso institucional a existência de um juiz ativo, tutor da legalidade constitucional inserido em seguras estruturas da burocracia pública. Por outra parte, não se pode pretender que a Magistratura permaneça contida nos estreitos limites que o constituinte lhe havia reservado: o de mera boca da lei. Considero, ademais, que as sociedades capitalistas avançadas têm maior necessidade de um juiz dos direitos em grau de afrontar, de modo inequívoco e transparente, o gigantismo dos outros ramos do Estado, que um juiz neutro executor da lei. É oportuno repensar quais mecanismos institucionais são os mais idôneos

(19) JOSÉ EDUARDO FARIA “A cultura e as profissões jurídicas numa sociedade em transformação”. Formação Jurídica, Coordenação José Renato Nalini. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1994.

(20) ALBERTO AMARAL JR. “Excerto de anotações da aula: O Judiciário e as transformações do direito privado moderno” USP, Pós-Graduação, 31.10.97.

para garantir aos cidadãos a tutela de seus direitos individuais e sociais”⁽²¹⁾ Entre nós, ao analisar sob outro ângulo a regra geral da Lei de Introdução ao Código Civil, há pouco mencionada, obtempera Dalmo Dallari: “o juiz não só pode, mas na realidade deve procurar alternativas de aplicação que, preservando a essência das normas legais, estejam mais próximas da concepção de justiça vigente no local e no momento da aplicação”⁽²²⁾

Fala-se em “judicialização da política” e ela aparece com clareza no “controle concreto da constitucionalidade das leis”, em face da maleabilidade dos princípios. Ao ter de aplicar a lei ao caso concreto, tem o Tribunal ou juiz o dever de certificar-se da validade da lei, em face dos princípios, garantias e direitos assegurados pela Constituição. Esta atividade é insita ao sistema jurídico e conforme afirma Celso Campilongo, estudioso da “Teoria Sistemática do Direito” pensada por Niklas Luhmann, “o sistema jurídico oferece ao sistema político a própria legitimação da lei que foi aprovada pelo poder legislativo”⁽²³⁾ A assunção desse controle pelo Poder Judiciário ganhou fronteiras a partir da pioneira decisão relatada em 1803, pelo mais famoso integrante da Corte Suprema dos EUA, Juiz Marshall, no caso “Madison x Marbury”, donde se extrai a essência da idéia de controle da constitucionalidade: “É, sem dúvida, da competência e dever do Poder Judiciário interpretar a lei. Aqueles que a aplicam aos casos particulares devem, necessariamente, explaná-la, interpretá-la. Se duas leis se contrariam, os tribunais devem decidir sobre o seu âmbito de aplicação. Assim, se uma lei estiver em contradição com a constituição, e se tanto uma como outra forem aplicáveis ao caso, de modo a que o tribunal tenha de decidir de acordo com a lei, desatendendo à Constituição ou, de acordo com a Constituição, rejeitando a lei, ele terá, inevitavelmente, de escolher dentre os dois preceitos opostos, aquele que regulará a matéria. Isto é da essência do dever judicial. Se, portanto, os tribunais devem observar a Constituição, e se esta é superior a qualquer lei ordinária do poder legislativo, é a Constituição e não a lei ordinária que há de regular o caso a que ambos dizem respeito”⁽²⁴⁾

Qual o significado dos princípios jurídico-constitucionais? Bandeira de Mello o define como sendo “mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas,

(21) FRANCESCA ZANNOTTI “As modificações do Poder Judiciário na Itália; de um juiz boca da lei a um juiz dos direitos” Jurisprudência argentina. Tradução de Eduardo Oleiza. Buenos Aires, nº 5995, 24.7.96.

(22) DALMO DE ABREU DALLARI, op. cit., p. 97.

(23) CELSO CAMPILONGO “O Ministério Público e a Magistratura como atores políticos” Excerto da palestra realizada na Apamagis, São Paulo, em 24.7.97.

(24) Extraído da obra de JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO “Direito Constitucional” Coimbra, Livraria Almedina, 6ª ed. p. 967, 1995.

compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico”⁽²⁵⁾ José Afonso da Silva os distingue da seguinte forma: “São princípios constitucionais gerais informadores da ordem jurídica nacional. Decorrem de certas normas constitucionais e, não raro, constituem desdobramentos (ou princípios derivados) dos fundamentais, como o princípio da supremacia da Constituição e o conseqüente princípio da constitucionalidade; o princípio da legalidade; o princípio da isonomia; o princípio da autonomia individual, decorrente da declaração dos direitos; o da proteção social dos trabalhadores, fluente de declaração dos direitos sociais; o princípio da proteção da família, do ensino e da cultura; o princípio da independência da magistratura; o princípio da autonomia municipal; os princípios da organização e representação partidária; os chamados princípios-garantias (o do *nullum crimen sine lege* e da *nulla poena sine lege*; o princípio do devido processo legal; o princípio do juiz natural; o do contraditório, entre outros elencados no art. 5º da CF)”⁽²⁶⁾

Convém ainda lembrar a diferenciação que a doutrina faz entre princípios e normas. Canotilho diz que “os princípios são verdadeiras normas qualitativamente distintas das outras categorias de normas (as regras jurídicas)”. E o constitucionalista coimbrão acrescenta: “os princípios, ao constituírem exigências de otimização, permitem o balanceamento de valores e interesses (não obedecem, como as regras, à ‘lógica do tudo ou nada’), consoante o seu ‘peso’ e a ponderação de outros princípios eventualmente conflitantes. As regras não deixam espaço para qualquer outra solução, pois se uma regra vale (tem validade) deve cumprir-se na exata medida das suas prescrições, nem mais nem menos. Em caso de conflito entre princípios, estes podem ser objeto de ponderação, de harmonização, pois eles contêm apenas ‘exigências’ ou *standards* que, em ‘primeira linha’ (*prima facie*), devem ser realizados”⁽²⁷⁾

Ora, para bem atuar o papel de ente neutralizador dos conflitos sociais ao Judiciário cabe a tarefa de proceder a integração dos princípios. E a integração não se confunde com a mera atividade interpretativa do texto legal, posto nesta valer-se o juiz do emprego da analogia de norma preexistente para a solução de caso semelhante. A integração dos princípios, de seu turno, conduz o juiz a um trabalho mais aprofundado, de verdadeira elaboração de norma jurídica até

(25) CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO “Elementos de Direito Administrativo”. São Paulo, RT, p. 230, 1980.

(26) JOSÉ AFONSO DA SILVA “Curso de Direito Constitucional Positivo” São Paulo, RT, 6ª ed., p. 83, 1990.

(27) JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO, op. cit., p. 167.

então inexistente, a fim de que prevaleçam os efeitos decorrentes dos princípios fundamentais

Assim, ao juiz cabe suprir aquilo que Canotilho denomina “lacunas de regulamentação”. No nosso Direito, essas “lacunas de regulamentação” podem ser supridas com maior liberdade se comparada ao sistema analógico. Há previsão expressa na Constituição Federal acerca do mandado de injunção: “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania” (art. 5º, LXXI). Infelizmente, esse novo instrumento jurídico não foi posto em prática e assim tornou-se pálida letra inserida na Carta Maior, pois o STF não assumiu esta função regulamentadora no sentido de dar maior integração aos princípios. Alega-se, dentre outros motivos, a plethora de serviços e o receio de invadir, substituir e acumular funções legislativas e da própria administração. Os argumentos, de certo modo, guardam consistência. Contudo, ao recusar o exercício dessa prerrogativa constitucional e negar deferimento aos mandados de injunção interpostos, o Judiciário forneceu combustível aos críticos que nele enxergam a timidez na execução do compromisso social que o legislador constitucional lhe reservou.

7. A questão da arbitragem

A Lei nº 9.307/96, que entrou em vigor em 24 de novembro, não foi bem recebida pelo Judiciário. A resistência inicial é compreensível, na medida em que toda modificação que represente o enfraquecimento de certa parcela de poder de um órgão, ou que apresente aos virtuais tutelados a possibilidade de optar por uma nova fórmula de realização da paz social, geralmente gera um sentimento de oposição. Somente o transcorrer do tempo poderá amenizar o vazio da rejeição frutificada no ambiente corporativo.

Com efeito, a contrariedade aposta ao sistema arbitral, negando-lhe utilidade para dirimir os litígios concernentes a direitos patrimoniais disponíveis entre pessoas capazes de contratar, a bem da verdade, não é sustentada com argumentos convincentes. É preciso reconhecer os aspectos positivos dessa nova forma e modo de se tentar a composição daqueles que se acham em conflito, não obstante a incumbência ser desempenhada além fronteira do Judiciário.

Em outra oportunidade, já anotamos que a lei nova, ao estabelecer a paridade de efeitos entre a “cláusula compromissória” e o “compromisso arbitral” (arts. 3º e 4º – Lei nº 9.307/96) fez desaparecer a inocuidade do sistema anterior. As vantagens na adoção do juízo arbitral, comparativamente com os ritos procedimentais da Justiça comum, são dignas de nota: a) maior rapidez na

solução do litígio evidenciada pela desburocratização dos atos; b) o sigilo do procedimento arbitral, marcado pela confidencialidade adstrita às partes e ao árbitro, não se lhe aplicando o princípio processual da publicidade dos atos processuais; c) a prevalência da autonomia da vontade das partes, que poderão eleger o árbitro ou o tribunal arbitral (art. 13); d) a especialização do árbitro, cuja escolha por certo recairá em *expert* na área técnica a que se refira o objeto material do conflito; e) a possibilidade de se convencionar que a arbitragem seja resolvida por equidade, por direito ou com base nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes, ou nas regras internacionais de comércio (art. 2º); f) a prescindibilidade da intervenção do juiz de Direito, excetuando-se apenas a hipótese em que se torne imperiosa a nomeação de árbitro – e isto somente quando não concordantes as partes na escolha – para complemento e eficácia da cláusula compromissória (art. 7º); g) a possibilidade de ser estipulado, pelas próprias partes, o prazo para que a sentença seja proferida pelo árbitro (art. 23); h) a constituição de título executivo quando se trate de sentença condenatória (art. 31); i) a desnecessidade de homologação judicial da sentença proferida pelo árbitro, posto ser ele considerado juiz de fato e de direito, não se sujeitando tal decisão a recurso perante o Judiciário, salvante o caso em que a impugnação aponte nulidade da própria sentença arbitral (arts. 18 e 33).⁽²⁸⁾

Não se nega que tal diploma tenha uma forte dose elitista, pois possibilita aos mais abastados substituir – ou livrar-se – do longo caminho a ser necessariamente percorrido no processo de conhecimento de rito ordinário, que além de tudo é público, para obter-se a prestação jurisdicional. É certo que a arbitragem não foi moldada para os pobres. Nem por isso ela perde o seu valor, pois se a resolução do conflito patrimonial puder ser obtida por vias extrajudiciais, tanto melhor para o Judiciário, pois a explosão de litigiosidade é um fenômeno que reflete prejudicialmente na qualidade da distribuição de justiça. Assim, toda operação que contribuir para suavizar os consideráveis encargos desse órgão, deve ser acolhida de bom grado.

8. Efeito vinculante

Outra novidade que está sendo repudiada pela maioria dos juízes é o projeto de lei que trata do efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal. A primeira Súmula (do latim *summula*, significando sumário ou res-

(28) A criação da figura do *árbitro leigo* como juiz de fato e de direito é algo que encontra certa irrisignação na Magistratura Paulista. Para o juiz Caetano Lagrasta Neto, seus pares estão dispostos a “arrostar essa pretensão da Lei nº 9.307/96, posto considerar tal conceituação revestida de flagrante inconstitucionalidade” “Mercosul e integração legislativa: o papel da Magistratura perante a Justiça social” Revista dos Tribunais, 742/102, agosto de 1997.

trito) da jurisprudência predominante do STF, foi introduzida no nosso ordenamento em 13 de dezembro de 1960, por iniciativa do Ministro Victor Nunes Leal. Tal como hoje, no início daquela década a situação era caótica. Milhares de processos aguardavam julgamento, por isso buscou-se a criação de uma saída amenizadora para o insustentável número de processos paralisados à espera de julgamento.

Superadas as críticas iniciais de que foram alvo, posto já naquele período não faltar quem sustentasse a impropriedade das súmulas, por não gozarem os juízes de legitimidade democrática para criar o direito, já que não lhes fora delegado esse poder pelo povo, o certo é que no curso desses quase 40 anos a utilização desse expediente proliferou pelos Tribunais federais e estaduais, visto nelas ser reconhecido o mérito de impingir maior estabilidade à jurisprudência, além de possibilitar a relativa melhoria dos trabalhos e decisões dos profissionais que atuam na área do Direito, como também possuir a virtude de simplificar os julgamentos nos casos corriqueiros.

De acordo com essa sistemática, as súmulas dos nossos Tribunais gozam, até hoje, apenas do caráter de precedente na uniformização da jurisprudência. Não alcançaram jamais o valor vinculativo atribuído ao *stare decisis*, utilizado no sistema do *common law* abraçado pelos EUA, onde o direito é enunciado e desenvolvido, sobretudo por meio de decisões judiciais. *Stare decisis*, do latim *stare decisis et non quieta movere* (mantenha-se a decisão e não se altere as coisas já estabelecidas), é expressão utilizada como sinônimo de decisão “precedente”.

Cumprir assinalar que as decisões judiciais reiteradas constituem a fonte primária de direito no sistema do *common law* e, quando proferidas pelas cortes norte-americanas, apresentam dúplice função. A primeira, é óbvia: consiste na solução do litígio deflagrado no processo. A segunda delas decorre incidentalmente, posto ditar um princípio legal relativo a certo estado de fato, princípio esse que será aplicado a todos os casos futuros nos quais os fatos forem substancialmente os mesmos.

Isto não quer dizer que um princípio, considerado num caso concreto, seja imutável. É óbvio, a interpretação judicial não pode divorciar-se das novas conquistas individuais e sociais, do espírito das leis mais recentes e do sentimento moderno do povo. Não é por outro motivo que se nota a perda da autoridade das decisões individuais. E isto é plenamente justificável naquele sistema jurídico, porquanto protegido por uma Constituição que foi promulgada em 1787, possui apenas 07 artigos e sofreu apenas 26 emendas, ao longo de mais de dois séculos.

Portanto, somente com o espírito progressista dos juízes é que se pode assimilar a fluidez contemporânea de tais regras, constantemente motivada pela recusa da aplicação automática e desatenta do *stare decisis*. De sorte que nos EUA há um antigo adágio que assim diz: de modo geral, podem ser encontrados precedentes para apoiar ambos os lados de um caso. Bem a calhar é o pensamento do professor alemão da Universidade Bielefeld, Niklas Luhmann, do seguinte teor: “não existe nenhuma jurisprudência mecânica. Os Tribunais devem, queiram ou não e independentemente da existência ou não-existência de uma motivação, em termos de política jurídica, interpretar, construir e, se for o caso, distinguir os casos (como se diz no *common law*), para que possam formular novas regras de decisão e testá-las quanto à sua consistência frente ao Direito vigente. Assim, surge por intermédio da atividade sentenciadora dos Tribunais um direito judicial. Parece ser universalmente reconhecido hoje que essa espécie de desenvolvimento do Direito não pode ser antecipada, nem produzida, nem impedida pelo legislador”⁽²⁹⁾.

Pois bem, está na pauta dos nossos Congressistas a tramitação de proposta de Emenda que modifica a redação do § 2º, do art. 102, da CF, atribuindo eficácia vinculativa às decisões sumuladas pelo STF, em relação aos demais Tribunais e juízes do País. A redação da proposta já aprovada no Senado é a seguinte: “§ 2º Terão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo, e as definitivas de mérito, se o Supremo Tribunal Federal assim o declarar, pelo voto de dois terços de seus membros” (Diário do Senado Federal, 13.8.97, pág. nº 16 106).

Como se observa, o sistema que se pretende adotar no nosso ordenamento jurídico é mais rígido. São necessários os votos de 8 Ministros para que uma decisão de mérito venha a ser declarada pelo STF como orientação obrigatória e irrecusável a ser seguida por todos os demais órgãos do Judiciário. Sem dúvida, o sabor autoritário da nova regra em estudo, ultrapassa, em muito, os efeitos do “precedente” observado no direito comparado, pois lá não impera esse valor vinculativo e definitivo.

Destarte, com a proposta da emenda está lançada a discussão que conduz a uma reflexão relevante: justifica-se a implantação do efeito vinculante?

(29) NIKLAS LUHMANN “A posição dos tribunais no sistema jurídico”. Tradução de Peter Naumann, revisado pela professora Vera Jacob de Fradera. Revista Ajuris, Porto Alegre, nº 49, 1990.

Numa ponta estão os seus opositores, dentre os quais juntam fileiras as entidades de classe dos magistrados e a OAB, não lhes faltando o apoio de cientistas reconhecidos, como o do professor Dalmo de Abreu Dallari. São contrários à adoção do novo sistema porque com ele implantar-se-á a “ditadura do Judiciário”, além de provocar a redução da independência dos juízes e Tribunais, e ainda cercear o natural desenvolvimento da jurisprudência. Noutra estão aqueles que são favoráveis à Emenda, e aqui também registra-se a adesão de vozes de grande peso cultural, tendo à frente, dentre outros, o professor Miguel Reale e o advogado Saulo Ramos. Este grupo sustenta que a impressionante quantidade de processos a cargo do STF pressiona prejudicialmente o desempenho global da Corte, com inexorável queda na qualidade de trabalho dos julgadores.

Apesar de não prevalecer a unanimidade entre seus membros, não há dúvida, o maior interessado neste caso é o Supremo Tribunal Federal. O seu atual presidente, Min. Celso de Mello, diz que o efeito vinculante diminui o coeficiente de liberdade dos cidadãos e dos grupos sociais e que esse mecanismo inibe a capacidade de julgar dos juízes. Seu antecessor na presidência, Min. Sepúlveda Pertence, defende a implantação da súmula vinculante para dar uma resposta efetiva à litigiosidade de massa, ante o aumento progressivo de número de ações, o crescimento populacional e a explosão legislativa.

Se as coisas caminharem no rumo em que estão, o efeito vinculante será, em breve, uma realidade. Estabelecida esta premissa, vale repetir o dito popular: “esse é um mal necessário”. É que por trás de toda essa discussão estão escondidos os reflexos de uma Constituição Federal carregada de severos traços de inoperância. É preciso analisar com muita atenção as consequências do estilo de Constituição ditada pelo legislador.

Em primeiro lugar, apresentada como “cidadã” para o povo, mas tida como “dirigente” ou “programática” para os constitucionalistas, a Constituição estabeleceu uma gama infundável de metas a se cumprir pelos organismos das três esferas da federação. Forte na proteção das garantias individuais, mas extremamente abusiva na quantidade de dispositivos (246 artigos, com incontáveis parágrafos e incisos). Valorizou direitos sociais, é verdade, porém, revela, em alguns tópicos, grotesco casuísmo, como no caso de consignar dispositivo para o fim específico de manter na órbita federal um colégio do Rio de Janeiro (art. 242, § 2º), como se isto fosse tema a ser tratado na Magna Carta.

Como se não bastasse, ainda transmite a ilusória promessa de ser a guardiã de direitos sociais não confirmados na prática, visto que a concretização fica na dependência de outras normas regulamentadoras, as quais não foram

transformadas em leis pelo legislador, gerando uma expectativa que alimenta o crescente número de demandas levadas ao Judiciário. E como tudo – de certo modo – está previsto na Constituição, a probabilidade de se submeter uma causa ao julgamento pelo STF é incomparavelmente superior à possibilidade disto ocorrer em outros países, sobretudo onde as Constituições limitam-se a estabelecer garantias e princípios fundamentais básicos.

Aí reside o maior problema. É claro que as coisas não podem continuar como estão. Em 1996, os 11 ministros do STF julgaram 30 671 ações, o que dá uma média de 2 790 para cada um relatar. Esse número multiplica-se com as revisões e pedidos de vista antes de ser proferido o voto. Tal quantidade de processos não é razoável para um só juiz que tenha sobre os seus ombros a responsabilidade de expressar a vontade da lei, de forma soberana e linear para todo o território nacional. Por outro lado, a justiça excessivamente lenta pode consistir na negação da própria justiça e perenizar a insatisfação popular, ou, pior ainda, pode dar lugar à injustiça.

Não convence o argumento de que o efeito vinculante causará o engessamento da atividade racional dos juízes e Tribunais inferiores. Certamente dar-se-á o abrandamento da abstratividade genérica da lei, porém, as chances de se atingir o caso privado puro são quase inexistentes. Todavia, é preciso reconhecer que o efeito vinculante não é mais do que um paliativo para o momentâneo descongestionamento do STF, salutar sob o ponto de vista da redução de custos para o Estado e para a própria sociedade, mas perigoso se vier a ser utilizado como instrumento garantidor de contestáveis políticas de interesse do Executivo.

Também é possível antever que a validade do efeito vinculante, do ponto de vista de sua utilização como instrumento eficaz para desafogar a Suprema Corte não será de longa duração, porque, como já foi dito, tudo, ou quase tudo, pode ser levado ao conhecimento do STF e não tardará para suceder novo acúmulo de trabalho. É preciso repensar a elaboração de uma nova Constituição Federal mais enxuta e que estimule o ofício restrito dos ministros a uma Corte Constitucional. Aliás, essa idéia foi sustentada como um dos argumentos que justificaram a criação do Superior Tribunal de Justiça, cujo órgão abrangia a competência do STF para dar-lhe maior agilidade. Hoje, vemos que esse objetivo não foi alcançado. Mas, todos nós sabemos, uma nova Carta somente poderá tornar-se realidade em momento político-social ideal, ainda não amadurecido entre nós e talvez aí resida a indecisão dos nossos parlamentares, ainda um tanto inseguros quanto à necessidade de ditar uma nova Lei Maior sem que os direitos sociais garantidos a partir de 1988 tenham sido definitivamente incorporados e concretizados.

9. Controle externo

Outra questão muito delicada para os Magistrados é a do controle externo. Há um movimento de setores dos Poderes Executivo e Legislativo entendendo não ser mais suficiente o esquema de controle interno da atividade jurisdicional que hoje vige. Para os que assim se posicionam, a atuação da Corregedoria-Geral da Justiça e a fiscalização que os advogados e os representantes do Ministério Público fazem individualmente ou em conjunto nos processos, constitui um modelo de controle que não resiste à realidade dos novos tempos.

Por isso, tramita pela Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 112-A, de autoria do Deputado Federal José Genoíno, subscrita por ele e outros parlamentares, em 31 de maio de 1995, objetivando instituir o Sistema de Controle do Poder Judiciário, a ser constituído pelo Conselho Federal de Justiça, Conselhos Estaduais de Justiça e Conselho Distrital de Justiça, competindo-lhes a fiscalização externa do Judiciário, vedada a interferência no mérito das decisões proferidas e nas atividades jurisdicionais. Dessa forma (segundo consta da Proposta de Emenda) esses Conselhos poderão pronunciar-se sobre a proposta orçamentária anual; aquisição da vitaliciedade; a criação e extinção de Varas Judiciais e Tribunais; criação e extinção de cargos da magistratura e dos serviços auxiliares; aferição do merecimento para efeitos de promoção; perda do cargo de magistrado. Além disso, poderão fiscalizar o serviço judicial, supervisionar os atos administrativos e receber denúncias e reclamações contra membros da Magistratura e funcionários dos serviços auxiliares. A composição dos Conselhos será formada de modo heterogêneo: Ministros dos Tribunais Superiores ou Desembargadores; representantes da OAB e do Ministério Público; e ainda discute-se a participação de cidadãos brasileiros, eleitos pelo Congresso Nacional ou Assembleia Legislativa, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

A Proposta de Emenda ainda pretende consumir uma outra reforma, atinente aos Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal, estabelecendo a obrigatoriedade da formação de listas triplíces dentre os integrantes da carreira, na forma da lei respectiva para a escolha do seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, após a aprovação do seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução. A análise desta questão exige o exame de outros tópicos que certamente não cabem no contexto do trabalho que ora escrevemos. É, porém, aqui mencionada de passagem porque consta da Proposta de Emenda do Judiciário e sobre ela apenas registramos que a

atual redação do § 3º, do artigo 128, da Constituição Federal de 1988, não prevê a intervenção do Legislativo no processo de escolha e nomeação do Procurador-Geral. Portanto, se a nova sistemática vingar é previsível a politização ainda mais profunda dos membros do Ministério Público, posto que somente aquele seu representante que gozar de um considerável trânsito junto ao Legislativo poderá ter alguma chance de ser aceito e posteriormente nomeado pelo Governador do Estado para responder pelo cargo de Procurador-Geral. Exemplificando: o procurador de justiça que tiver uma atuação independente e firme ao curso da carreira e que por algum motivo tenha sido considerado um estorvo em relação a determinados interesses políticos, por certo poucas chances reunirá de se tornar o Chefe da Instituição, ainda que tenha sido o mais votado pela classe.⁽³⁰⁾ Todavia, como já dissemos, esta é uma outra questão cujo enfoque fica transferido para outra sede de estudo.

Voltando ao "Controle do Judiciário" acrescentamos que essa fiscalização externa constitui um sistema já adotado pela Alemanha, Espanha, Estados Unidos da América, França, Inglaterra, Itália e Portugal. Em alguns destes países, os Conselhos funcionam a contento. Noutros, são considerados meras figuras decorativas ou, então, volta e meia, estão a sofrer críticas de setores da sociedade, como sucede na Espanha, França e Itália.

Na verdade, a Proposta de Emenda em trâmite pelo Parlamento parece não ter encontrado o necessário amadurecimento no seio dos congressistas. Em face disto, sua tramitação não está a merecer o impulso emergencial imprimido pela bancada governista a outras reformas consideradas mais relevantes. Tudo faz crer, porém, que o controle externo tornar-se-á uma realidade entre nós, em futuro não tão distante, sem bem que não nos exatos termos da redação original, mas guardando-lhe certa semelhança, embora não tão profunda como nela se pretende.

Regra geral, nós que atuamos tão próximo ao Judiciário, somos infensos ao controle externo rígido que tenha o condão de tolher a liberdade administrativa dos órgãos diretivos, tornando-a mera *capitis diminutio*. Todavia, no terre-

(30) Aliás, a inserção dessa modificação na Proposta de Emenda que cuida do Controle Externo do Judiciário não representa, nem de longe, o verdadeiro anseio dos promotores estaduais e tampouco dos procuradores da República. Estes, numa reunião em que compareceram 240 representantes do Ministério Público Federal, realizada em Belo Horizonte, em 31.10.97, subscreveram um manifesto contendo críticas ao governo federal e ao atual procurador-geral da República, sustentando a necessidade de adotar-se, como *modelo ideal* o preenchimento do cargo de Procurador-Geral da República mediante a eleição da classe, sem a interferência do Presidente da República e do Senado Federal, como hoje acontece, em conformidade com o § 1º do art. 128, da Constituição Federal. (Reportagem: "Manifesto de procuradores critica governo FH". O Estado de S. Paulo, p. A-8, 01.11.97).

no movediço das nossas atividades, a única forma de se preservar alguma virtuosidade é trabalhar com tolerância. Em outras palavras, sobre este tema deve o Judiciário dispor-se a tolerar alguma interferência externa, pena de lhe ser imposta uma superior e indesejável participação de terceiros, eis que não se concebe um Judiciário desobediente à lei. Por outro lado, a nós parece que o Ministério Público não conseguirá eximir-se de idêntico tratamento, ou seja, o controle externo administrativo certamente o atingirá numa outra etapa, posto que não inserido em tal Proposta de Emenda. E, também a esta Instituição caberá defender os seus propósitos e garantias com ética e tolerância necessárias para não sucumbir a outras medidas que eventualmente possam vir a ser editadas em forma de represália pelos poderes constituídos.

10. A antinomia: garantias do processo e celeridade da decisão

No bojo deste trabalho tivemos a pretensão de apontar alguns ingredientes caracterizadores do moderno conceito de eficiência. Sabemos que nele vicejam componentes tais como melhor produtividade, maior lucro e menor custo, sendo predominantemente marcado por decisões ágeis, velozes e pouco compromissadas com os fins sociais.

Sob tais aspectos, forçoso é reconhecer que o Judiciário não é – e nunca será – um órgão candidato a receber a patente ISO 9002. Suas deficiências estruturais e a escassez de recursos conspiram o silencioso esforço operacional executado por centenas de juízes e demais servidores no fatigante labor cotidiano. Por outro lado, a forma aristocrática e conservadora de compor os seus quadros o torna o mais avesso dos Poderes da República às modificações estruturais. Como essa engrenagem não é familiar a todos os críticos, alguns dos mais ferozes lançam-lhe a pecha de organismo estatal anacrônico e complexo.

Entretanto, a bateria de críticas que se lhe assaca – fomentada em sua maioria por leigos – beira o exagero. Se é verdade que o Judiciário deve moldar-se à realidade dos novos tempos, como por certo devem proceder todas as demais instituições custeadas pelos contribuintes, verdade também é que os critérios de eficiência postos em prática pelos setor financeiro privado jamais poderão ser adotados pelo Judiciário, na mesma medida e grau de descompromisso social.

Pese todas as investidas – arbitragem, efeito vinculante e o controle externo –, não se concebe que a decantada modernidade tenha o alto preço de quebrar a independência do Judiciário. Esta alternativa jamais deverá ser aceita por nós, nem mesmo em restrita sede de mera hipótese. Feliz da Nação que possua um Judiciário independente e forte, pronto a demonstrar a sua autoridade,

de, coibindo o arbítrio, ameaça ou coação aos bens mais caros garantidos pela Carta Maior.

Ponderamos a necessidade de se apreciar com muita cautela os brados de arautos da insegurança decisória. A sentença rapidamente proferida nem sempre refletirá a verdadeira justiça. Decisão judicial célere não é sinônimo de eficiência. Mais a mais, o juiz não encarna uma figura robótica e muito menos autômata é a função que ele exerce perante a sociedade. Compreende-se então de menor relevância, sob certos aspectos, a ausência de certos requisitos exigidos por organismos privados para laureamento dos serviços que presta.

Claro que o emprego de um sistema judiciário pautado, via de regra, pela produção tardia e cara da Justiça não interessa à sociedade. Isto já o dissemos quando analisamos o efeito vinculante. A par dos prejuízos patrimoniais que a perenização do litígio causa na esfera civil, a marcha lenta do processo, na área penal, pode beneficiar o criminoso pelo enfraquecimento das provas ou pela ocorrência do evento prescricional. Podemos citar um exemplo de justiça morosa que contribui para o enfraquecimento da autoridade do Judiciário junto ao meio social. Foi noticiado recentemente pela imprensa a condenação (ainda recorrível) de um mega-investidor da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, à pena de 24 anos e 8 meses de reclusão, pela prática dos crimes contra a economia popular e do colarinho branco, os quais teriam sido cometidos há aproximadamente 8 anos. Trata-se de uma decisão prolatada por um juiz federal de 1ª instância, emergencialmente reformada, de forma parcial, pelo Tribunal Regional Federal, por força da concessão de *habeas corpus*, permitindo ao réu o direito de apelar em liberdade, cujo benefício lhe foi negado na sentença condenatória. Ora, não é fácil explicar e muito menos convencer a opinião pública dos motivos que ensejaram a prolação da sentença decorridos muitos anos após a ocorrência dos fatos e sua expedita reforma. Não estamos fazendo um juízo de valor sobre a cassação de alguns dos efeitos da sentença, até porque não conhecemos os meandros do respectivo processo. Apenas nos valemos desse exemplo para enfatizar o destaque que a mídia lhe empresta, sobretudo como pano de fundo para realçar a aparente ineficiência do Judiciário, mormente num caso que teve enorme repercussão e que ainda encontra-se distante do seu término, posto existir um longo percurso a ser caminhado em grau de recurso.

Mais ainda: o exemplo citado serve para confirmar outro paradoxo. Muitos daqueles que criticam a lentidão da Justiça, dessa falha se valem quando lhes convém, contratando advogados capazes e conhecedores das muitas brechas processuais legais. Mas tal não é a tônica do Judiciário, ou seja, a

menção exemplificativa não é de ser tida como regra e sim exceção, pois o Judiciário credita a seu favor indescritível esforço destinado a garantir a efetividade da prestação jurisdicional. Nesse sentido também é notada a participação do Legislativo ao colocar a disposição dos juízes dois valiosos instrumentos, aptos a minimizar os indesejáveis efeitos que uma solução tardia sempre causa. São eles a tutela antecipada na esfera cível (art. 273, CPC, com a redação dada pela Lei nº 8.952/94) e a simplicidade e informalidade que cercam os rápidos procedimentos de competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/95). Mas é preciso fazer mais, pois o nosso sistema jurídico ainda está fortemente marcado pela multiplicidade de recursos que dão ensejo à realização de expedientes processuais procrastinatórios prejudiciais à sociedade e ao Estado.

Sem embargo de todos estes questionamentos, cumpre-nos defender o Judiciário, posto ser ele o verdadeiro baluarte garantidor da observância do devido processo legal. Aos juízes não é lícito esmorecer no exercício do supremo encargo que lhes foi conferido pela sociedade. É dever de todo juiz conscientizar-se da capacidade que dispõe de proceder a integração e a defesa dos princípios gerais do direito processual, e, cumpre-lhe nesse mister, exigir obediência dos jurisdicionados para que possa aplicar adequadamente a lei ao caso concreto. Neste passo incumbe-lhe: a) reverenciar os princípios que caracterizam o juiz natural, a imparcialidade e a competência para presidir e julgar o processo (art. 5º, XXXVII e LIII, CF); b) destinar às partes tratamento paritário (art. 5º, *caput*, CF); c) assegurar o contraditório e o exercício pleno da defesa (art. 5º, LV, CF); d) submeter seus atos à publicidade (art. 5º, LX e art. 93, IX, CF); e) concitar as partes a agir com lealdade processual; f) colher as provas de modo que elas possam refletir a verdade dos fatos alegados, sem deixar influenciar-se pela pressão que a mídia exerça sobre determinado caso, e proibir a produção de provas que tenham sido obtidas por meios ilícitos (art. 5º, LVI, CF); g) abster-se da convalidação de prisão ou coação ilegais (art. 5º, LXI e LXVIII – CF); h) cumprir os prazos processuais, tendo-os para si com o mesmo rigor obrigatório reservado às partes e repelir com veemência a prática dos atos procrastinatórios.

Em suma, para bem distribuir a justiça, o magistrado-padrão não pode permitir que a sua consciência seja conspurcada por valores incompatíveis e estranhos aos extraordinários efeitos e características que distinguem o processo judicial. Noutras palavras, a eficiência do Judiciário não é de ser medida pela celeridade ou lentidão com que são emitidas suas sentenças resolutórias de conflitos, mas pelo respeito que o juiz demonstrar no caso concreto, em face das garantias do devido processo legal, consagrando a prestação jurisdicional

em consonância com os prazos ditados pela lei, e, sobretudo, concretizando a efetividade da justiça.

BIBLIOGRAFIA

- Barros, Marco Antonio de.** Jurisdição e juizado arbitral. São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 738, p. 56 a 69, abril de 1997.
- Anotações sobre o efeito vinculante. São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 735, p. 100 a 106, janeiro de 1997.
- Calamandrei, Piero.** Eles, os juízes, vistos por um advogado. São Paulo, Martins Fontes, p. 263, 1996.
- Canotilho, José Joaquim Gomes.** Direito Constitucional. Coimbra, Livraria Almedina, 6ª edição, 1995.
- Cintra Jr., Dyrceu Aguiar Dias e Ruiz, Urbano.** A reforma do Judiciário e o efeito vinculante. O Estado de S. Paulo, ed. 2.9.97, p. A2.
- Dallari, Dalmo de Abreu.** O poder dos juízes. Editora Saraiva, 1996.
- Faria, José Eduardo Campos de Oliveira.** Justiça e conflito. Os juízes em face dos novos movimentos sociais. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2ª ed. 1992. – A cultura e as profissões jurídicas numa sociedade em transformação. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, – Formação Jurídica – Coordenação de Renato Nalini, p. 14, 1994.
- O direito num cenário em transformação. Revista Brasileira de Ciências Criminais. Editora Revista dos Tribunais, ano 5, nº 17, jan./março, 1997.
- A riqueza sem nações. O Estado de S. Paulo, p. A2, edição de 18 de julho de 1997.
- Direito positivo na economia global. O Estado de S. Paulo, p. A2, edição de 8 de agosto de 1997.
- Para onde vai o direito? O Estado de S. Paulo, p. A2, 15.8.97.
- Globalização x Democracia. O Estado de S. Paulo, p. A2, 5.9.97.
- Globalização e direitos humanos. O Estado de S. Paulo, p. A2, edição de 11 de outubro de 1997.
- Ferreira Filho, Manoel Gonçalves.** Do processo legislativo. São Paulo, Ed. Saraiva, 3ª edição, p. 14, 1995.
- Ferreira Sobrinho, José Wilson.** O *Stare decisis* brasileiro. Repertório IOB de Jurisprudência, 1ª quinzena de março/96, nº 5/96, p. 91.
- Giorgi, Raffaele de.** Estado e direito no fim do século. Belo Horizonte, v. 4, p. 35-47, 1995.
- Gomes, Luiz Flávio.** Súmulas vinculantes e independência judicial. São Paulo, RT, v. 739, p. 11 a 52, maio de 1997.
- Lagrasta Neto, Caetano.** Mercosul e integração legislativa: o papel da Magistratura perante a Justiça social. RT, v. 742, p. 109, agosto de 1997.
- Luhmann, Niklas.** “A posição dos tribunais no sistema jurídico”. Revista Ajuris – Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nº 49, 1990.

Mello, Celso Antônio Bandeira de. Elementos de Direito Administrativo, São Paulo. Revista dos Tribunais, 1980.

Meyer, Antonio Corrêa. As novas atribuições do Estado, São Paulo. Informativo IASP, Instituto dos Advogados de São Paulo, Escola Paulista de Advocacia, ano VI, nº 35, julho/agosto de 1997.

Re, Edward D. *Stare decisis*, São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, vol 702, p. 7 a 13, abril de 1994.

Reale, Miguel. Ainda as súmulas vinculantes. O Estado de S. Paulo, edição de 23 8 97, p. A2.

– Louvável revisão constitucional. O Estado de S. Paulo, p. A2, 1ª 11 97.

Silva, José Afonso da. “Curso de direito constitucional positivo”, São Paulo. Revista dos Tribunais, 6ª edição, 1990.

Vianna, Luiz Werneck **Carvalho**, Maria Alice **Melo**, Manoel Cunha e **Burgos**, Marcelo. Corpo e alma da Magistratura brasileira, Rio de Janeiro. Revan/Iuperj, p. 241, 1997.

Zannotti, Francesca. *Las modificaciones del Poder Judicial en Italia: de un juez “boca de la ley” a un juez de los derechos*. Jurisprudência Argentina, Diretor Ricardo Esteves Boero, Buenos Aires, nº 5595, 1996.

REPORTAGENS:

1 – **Aprovação do efeito vinculante reabre polêmica**. O Estado de S. Paulo, p. A 13, 14.8.97

2 – **Eficiência e salário preocupam juizes federais**. Notícias Forenses, out./97

3 – **Jornal do Notário**. Publicação mensal do Colégio Notarial do Brasil. Seção São Paulo. Edição de setembro de 1997

4 – **Juizes querem Magistratura forte e respeitada**. Entrevista com o Des. Antonio Carlos Viana Santos. Notícias Forenses, nº 160, p. 23, out/97

5 – **Manifesto de procuradores critica governo F.H.**. O Estado de S. Paulo, p. A8, 1ª 11.1997.

6 – **Senado aprova emenda do efeito vinculante**. Entrevista com o Min. Celso de Mello. O Estado de S. Paulo, p. 6, 13.8.97